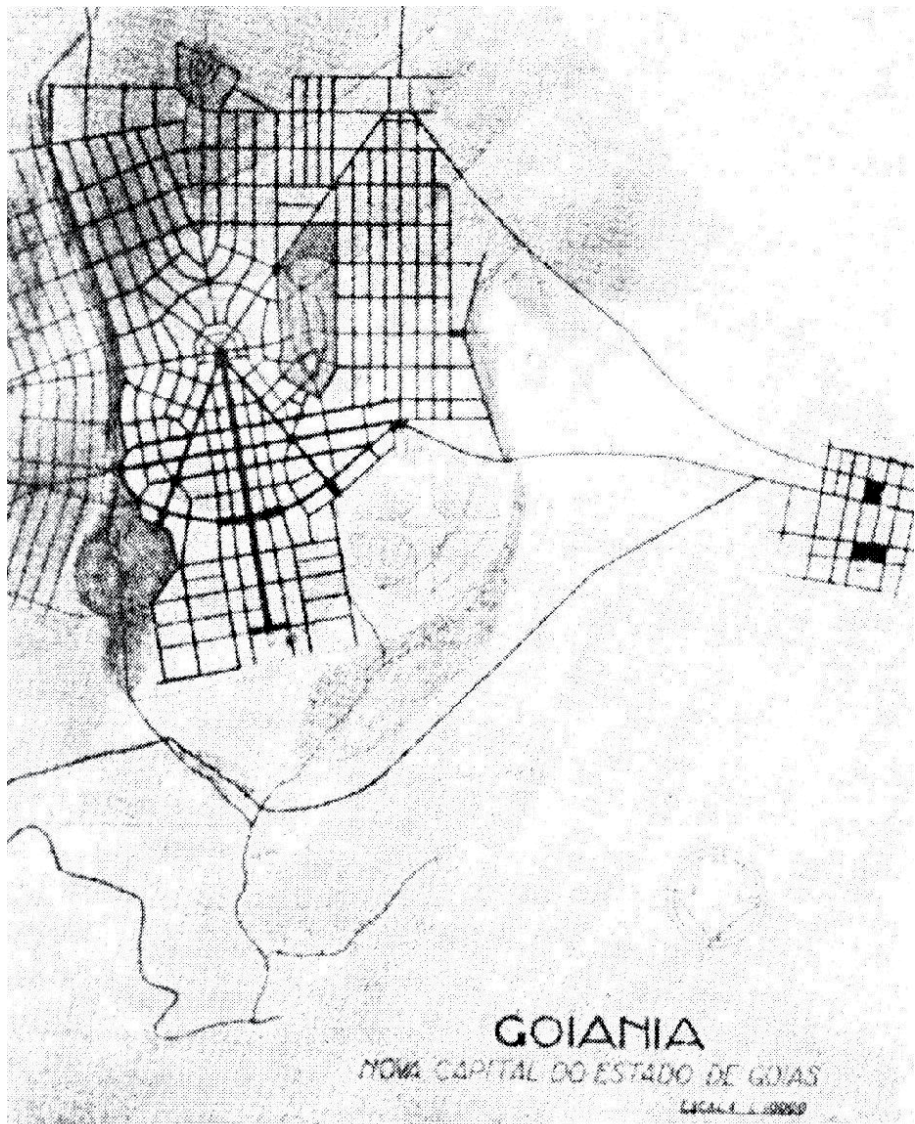


Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa:

o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia



Cristiano Alencar Arrais

Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiânia (UFG). Co-autor do livro *História do Distrito Federal*. São Paulo: Scipionne, 2008. alencar_arrais@yahoo.com.br

Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia*

Cristiano Alencar Arrais

RESUMO

Este artigo procura examinar o horizonte de expectativas existentes no projeto de construção da nova capital do estado de Goiás, Goiânia. Através das noções de linhagem estética e estrutura narrativa pretendo reconstruir a noção de monumentalidade que foi desenvolvida pelos projetistas encarregados da elaboração da planta da nova capital e a forma como as apropriações de ideários urbanísticos internacionais e elementos sociais e históricos funcionaram como o cimento necessário constituição do imaginário político coletivo sobre aquele espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: estrutura narrativa; urbanismo; Goiânia.

ABSTRACT

This article attempts to examine the existing horizon of expectations in the project of building the new capital of the state of Goiás, Goiania. Through the concepts of narrative structure and aesthetics lineage want to reconstruct the concept of monumentality that was developed by designers responsible for drafting the plan of the new capital and the form how the appropriations of international urban ideals and social and historical elements functioned as the cement necessary to the formation of the collective political imaginary about that urban space.

KEYWORDS: Narrative structure; urban planning; Goiania.



Guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do princípio clássico adotado em 'Versalhes', 'Carlsruhe' e 'Washington'.

Atilio Correa Lima, 1935.

Roncayolo escreveu em certa ocasião que o plano urbano de uma cidade traz em si mesmo, desde sua origem, um princípio de organização que pode ser, simultaneamente, uma figuração e uma interpretação do mundo. Sintetizava assim uma idéia recorrente desde as primeiras referências ao planejamento de cidades — que no Ocidente remontam a Platão — passando por utopistas do século XIX e urbanistas do século XX. Como processo racionalmente planejado e dirigido de ocupação do espaço, o urbanismo reserva para si a atividade de antecipação da forma de apropriação da cidade por seus cidadãos. Essa antecipação comporta dois riscos:

Em primeiro lugar, a sua transformação em determinismos. (...) Em segundo lugar, o facto de provocar, através da planificação das necessidades e das funções, mediante a sua projecção no espaço, comportamentos que a população, em definitivo, não

* Este artigo é uma versão resumida e adaptada do capítulo 5 de minha tese de doutorado, intitulada *Projeções Urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo histórico nas cidades de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília* defendida em 2008 na UFMG.

está disposta a aceitar. O urbanismo raramente escapa à tentação e à necessidade do autoritarismo; e o drama do urbanismo moderno consiste provavelmente numa excessiva antecipação em relação às práticas sociais, realizando, assim, apenas a segunda parte do seu papel: a racionalização, mais ou menos incompleta, truncada, ou falida, das tendências dominantes da sociedade¹

Tais reflexões possibilitam realizar uma leitura das expectativas de racionalização existentes nos projetos e os limites impostos à sua realização. Esse é o caso, por exemplo, do processo de elaboração e execução da planta urbana de Goiânia, a partir de 1933². Ao contrário de Belo Horizonte, onde a apropriação das formas urbanas a cidade Argentina de La Plata foi pouco assumida pelos integrantes da Comissão Construtora da Nova Capital, o processo de elaboração e execução da planta urbana de Goiânia, a partir de 1933 foi marcado por uma explícita referencialização. Relatórios e documentos esforçam-se por demonstrar a profunda ligação entre a concepção de cidade para a nova capital do estado de Goiás e as mais modernas contribuições do urbanismo internacional. Funcionam, portanto, como verdadeiros paradigmas que possuem, em seu núcleo duro, uma interpretação utópica sobre a nova cidade a ser construída, ou seja, a representação de uma sociedade totalmente nova, oposta à sociedade real — a antiga capital — eximida de seus males e vícios. Essas representações sobre um novo espaço (a Cidade Nova da literatura utópica) constituem-se para Baczkó, “um dos lugares, por vezes o lugar privilegiado, onde se exerce a imaginação social e onde são acolhidos, elaborados e produzidos os sonhos sociais. Constituem um dispositivo de eficácia variável que garante um esquema colectivo de interpretação e unificação, simultaneamente, do campo das experiências sociais e do horizonte de expectativas, recusas, temores e esperanças, que rodeia aquele campo”³.

Esse dispositivo pode enfatizar o caráter revolucionário — de ruptura completa com o presente — ou liberal do mundo esperado, enfatizando o progresso constante em direção a um futuro moralmente superior. O esquema de interpretação e organização do mundo da proposta de construção da nova capital goiana pode ser visualizado em dois argumentos profundamente interligados, constantes nos relatórios e projetos dos urbanistas que levaram adiante aquele trabalho: primeiro, a idéia de ruptura com a tradição urbanística local, em segundo lugar, as propostas de monumentalização do espaço urbano, através da apropriação criativa de modelos e ideários políticos. Para os estreitos limites deste trabalho me fixarei apenas neste último aspecto por acreditar que através das propostas monumentais daqueles projetistas é possível identificar uma estrutura narrativa que reforçou, através da memória histórica regional, um determinado sentido para o campo de experiência daquele período.

Para realizar meu intento, duas definições operatórias são necessárias: primeiro, linhagem estética, concebida aqui como uma noção que possibilita realizar uma leitura da relação entre as expectativas de racionalização existentes nos modelos urbanísticos incorporados ao projeto da nova capital goiana e aquelas existentes no interior do próprio projeto de Goiânia. Sustentar uma linhagem significa estabelecer não somente uma genealogia, mas demonstrar um vínculo entre passado e presente através de um laço de descendência demonstrável com um ancestral comum, digno de nota. A linhagem propõe, no interior de uma estrutura normativa tensionada (o

¹ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 474.

² A cidade de Goiânia foi tornada capital do estado de Goiás em 1936. Sua construção iniciou-se três anos antes através do empenho do então interventor federal, nomeado por Getúlio Vargas, Pedro Ludovico Teixeira. A transferência da capital foi o elemento decisivo para a conquista da hegemonia política por parte do interventor visto que a antiga capital constituía-se um dos principais núcleos de resistência às suas pretensões de mando político.

³ BACZKO, Bronislaw. Utopia. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol.5 Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da moeda, 1985, p. 346.

⁴ GALANTAY, Ervin. *New Towns from the antiquity to the present*. Braziller: New York, 1975.

⁵ SEGRE, C. Narração. In: *Biblioteca Einaudi*. Vol. 17. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989, p. 59.

⁶ Tal concepção está indicada, de maneira diferente, tanto na concepção de identidade narrativa de P. Ricoeur quanto na concepção de situação comunicativa de H.U. Gumbrecht e na pragmática dos atos de fala de J. L. Austin. Cf. RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1997, GUMBRECHT, Hans-Urich. *As funções da retórica parlamentar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003; AUSTIN, John Langshaw. *Como hacer cosas con palabras*. Buenos Aires: Paidós, SD.

⁷ ARISTÓTELES. *Poética*. 22§17.

⁸ SHUYLER, David. *The new urban landscape: the redefinition of city form in nineteenth-century america*. SE, 1993, p. 11.

⁹ Alimentado por suas profundas convicções religiosas, Thomas Jefferson — um dos principais articuladores da localização da nova capital no sul da recém-proclamada república norte-americana — relacionava de forma bastante clara a vida no campo com os critérios morais necessários. Se por um lado, as classes despossuídas de propriedade constituíam um perigo para a virtude republicana, o fazendeiro independente (*farm*), personificaria a verdade republicana: “Those who labor in the earth, are the chosen people of God, if ever He had a chosen people, whose breasts He has made His peculiar deposit to substantial and genuine virtue”, escrevera Jefferson. SCHUYLER, David, op. cit. p. 14.

presente), a descoberta de alguma parte do passado que lhe serve de eixo de sustentação: torna-se, portanto, ao invés de padrão para as ações futuras, um modelo em que se espelhar. Essa concepção de modelo foi apropriada pelo formalismo estético do ideal de criação de cidades novas que percorreu toda a Europa ao longo do século XIX. Seus princípios estavam associados a problemas relacionados à simetria, forma e função urbana⁴. Por outro lado a noção de estrutura narrativa parte da necessidade de se pensar o ato de narrar de uma maneira ampla, como “uma realização lingüística mediata que tem por finalidade comunicar a um ou mais interlocutores uma série de acontecimentos, de modo a fazê-lo(s) tomar parte no conhecimento deles, alargando assim o seu contexto pragmático”⁵, O interesse aqui está nos princípios normativos desse ato, que não se expressam apenas em seus elementos locutórios, mas em todas as dimensões de seu ato narrativo. São eles que possibilitam compreender tais atos de comunicação, verbalizados ou não, como indicadores heurísticos do interesse do narrador em produzir e transmitir uma mensagem carregada de conteúdos políticos e sociais capazes de “construir” o mundo⁶. Essas duas noções, quando relacionadas ao projeto e execução da nova capital goiana, sustentam a hipótese central deste trabalho de que o projeto de Goiânia é profundamente metafórico porque procura produzir uma síntese de objetos afastados: “descobrir metáforas apropriadas equivale ser capaz de perceber relações”, definiu Aristóteles⁷. Neste caso, o projeto de Goiânia contradiz as próprias referências ideológicas oriundas de suas opções estéticas em função de uma cultura política personalista e autoritária.

Monumentalidade como opção urbanística

Observando o esboço original da nova capital do estado de Goiás, é possível identificar as principais matrizes urbanísticas que influenciaram a concepção de monumentalidade do arquiteto-urbanista Atílio Correa Lima na elaboração de seu projeto. O projetista propôs um plano composto por duas tendências claras: por um lado, um traçado que domina a parte central da cidade, definido pelas três principais avenidas que formam a figura de um triângulo e que tem como um de seus vértices o centro administrativo. Por outro, na região leste da cidade projetada, um tipo de estrutura viária adaptada ao relevo do terreno, descendo em direção ao rio Botafogo e margeando-o em toda a extensão que cobre o projeto. Além de uma função prática, a topografia também foi utilizada, segundo o projetista, sob uma função estética, na elaboração da concepção geral do plano urbano que tinha como idéia central a construção de uma perspectiva monumental que procurava subordinar o sistema de vias a espaços de poder. Nesse sentido, sua escolha foi natural: ela recaiu sobre o plano radial-concêntrico, utilizado desde o Renascimento e Barroco como elemento-chave nos grandes projetos de embelezamento das cidades como Versalhes, Karlsruhe e Washington. No caso desta última, o local escolhido para sua construção — próxima à vila de Gerorgetown, numa região distante dos principais centros urbanos até então existentes — expressa, segundo Schuyler⁸ “uma convicção ideológica partilhada por muitos membros da geração revolucionária de que a agricultura era a mais virtuosa forma de vida e que as cidades seriam necessariamente más”⁹. Ao mesmo tempo, apesar de suas inegáveis convicções republicanas, o responsável pela elaboração do plano

urbano de Washington (refletidas, principalmente na primazia do edifício do Legislativo sobre o plano), o general francês, L'Enfant, seu projeto era fruto da tradição despótica e absolutista da urbanística de Versalhes¹⁰. O plano geral da cidade procurava privilegiar dois locais principais: o Capitólio e o Palácio presidencial, que mais tarde viria a ser conhecida como Casa Branca. Segundo o próprio L'Enfant, em carta enviada para George Washington, o projeto da nova cidade procura subordinar todos os pontos da cidade àqueles dois locais específicos. Além disso, procurava estabelecer uma divisão regular,

*com as vias que se cortam em ângulo reto" e por último, "abri algumas em outras direções, como avenues na direção e a partir de cada praça principal, desejando com isso não apenas romper a uniformidade geral ... mas sobretudo ligar todas as partes da cidade, se posso exprimir-me assim, diminuindo a distância real entre praças através do fato de torna-las reciprocamente visíveis, tornando-as aparentemente reunidas."*¹¹

Quando da elaboração do plano da nova capital goiana, Atilio determinou, da mesma forma que em Washington uma subordinação do projeto urbano ao elemento que, em última análise, "deve-lhe a sua existência": a sede do poder executivo estadual. O centro administrativo foi projetado para conter apenas o tráfego local, apesar de sua proximidade com o centro urbano. Esse deslocamento teria uma função estratégica de destacá-lo dentro do plano urbano. Destaque esse que seria reforçado pela sua composição com a avenida Pedro Ludovico, "de caráter pitoresco e monumental; o tráfego que nela circulará será todo com destino ao centro administrativo, e prestar-se-á para as demonstrações cívicas"¹².

Além disso, seguindo o modelo da nova capital norte-americana, Atilio Corrêa Lima propõe um projeto de organização administrativa para Goiânia, de forma a criar um "sistema ideal típico, livre das influências políticas como só é nos grandes centros. Assim previmos, dentro das normas da divisão racional do trabalho, um sistema simples formando uma engrenagem que, por si só, se moverá, evitando o 'mandonismo', doença peculiar a nós brasileiros"¹³.

Tal sistema estaria fundamentado na constituição de uma Diretoria Técnica que, acatando sugestões da Comissão do Plano da Cidade, se encarregaria de todos os serviços de intervenção urbana. Aquela comissão, por sua vez, "será constituída por doze cidadãos ilustres da cidade, nomeados pelo prefeito e representando várias atividades sociais. Esta comissão que se reunirá em datas previamente fixadas, dará sugestões sobre os melhoramentos a introduzir, erros a corrigir e zelará pelas belezas naturais da cidade"¹⁴. Funções próximas foram desenvolvidas, anteriormente, a partir de 1924, pela *Capital Planning Commission National*, responsável pelo processo de recuperação, preservação e expansão do plano original de Washington.¹⁵ Neste caso, o vínculo com a capital norte-americana foi reforçado e suas lições foram aprendidas e aplicadas na preservação do plano da futura capital do estado de Goiás.

A descrição do plano urbano da nova capital, constante no relatório de 1935 fornece outros indícios sobre o tipo de cidade e, portanto, o tipo de configuração e interpretação de mundo que moviam as expectativas do projetista. A primeira delas diz respeito à própria argumentação produzida para justificar a construção de uma nova capital para o estado de

¹⁰ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

¹¹ BENÉVOLO, Leonardo. *Arquitetura contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 1976, p. 114.

¹² MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979, p. 140.

¹³ MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento, op. cit. p.147

¹⁴ Idem, Idem.

¹⁵ National Capital Planning Commission. Disponível em <www.ncpc.gov>. Acessado em 03.12.2007.

¹⁶ MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento, op. cit. p. 50.

¹⁷ Idem, Idem.

¹⁸ MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento, op. cit. p. 60

¹⁹ SPURK, Jan. Simultaneity within non-simultaneity?: continuity, rupture, emergence – on the temporal dynamic of social formation. *Time & Society*, v. 13. n. 1 2004, p. 41-49.

Goiás. Nela, Atílio Correa Lima vincula o nascimento de um novo núcleo urbano com a idéia de dinamização sócio-econômica. Essa mesma idéia já estava presente nos primeiros relatórios sobre a escolha da localidade para a construção da nova capital, produzidos por Armando Godoy, o engenheiro-urbanista que assumiria a direção da equipe de planejamento, a partir de 1934. Para este, a cidade moderna deveria ser o centro irradiador do desenvolvimento econômico, social e cultural. Ela possuiria uma função pedagógica porque “educa as massas populares, compõe-lhes e orienta-lhes as forças e os movimentos coletivos e desperta energias extraordinárias entre os que aí vivem e ficam sob a sua influência civilizadora”¹⁶. Essa cidade seria também o palco privilegiado para a reunião e entretenimento das elites que, neste lugar, “encontram campo vasto para as suas atividades espirituais”. Essa caracterização da cidade moderna tem um motivo: ela é utilizada para servir de diagnóstico para se compreender o atraso pelo qual passava o estado de Goiás: “atribuo o pouco ponderável progresso do vosso Estado ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo”¹⁷.

Ao mesmo tempo, ao relacionar desenvolvimento sócio-econômico aos problemas de ordem eminentemente urbanas, o engenheiro reforçou o caráter político da transferência da capital:

*O referido local é como que o centro de gravidade da mencionada zona, de onde provêm os recursos e os elementos de vida do Estado. Tal circunstância é de fato de grande peso e devia ter atuado fortemente para a decisão final. É nesta parte de Goiás que se desenvolveram em maior escala suas forças produtivas e que se concentrou principalmente a maior parte de sua população (...) A gravitação dos interesses máximos operando-se em torno de Campinas e achando-se, nos arredores de tal região, os centros de população que teem apresentado maior vitalidade, era natural que para a referida localidade se voltasse a preferência da comissão*¹⁸.

O discurso de Atílio Correa Lima, porém, vai mais adiante na caracterização dessa cidade ideal. Discrimina, a partir de termos dicotômicos, a nova e a velha capital: “Movimento excepcional” e “energias goianas” opõem-se aos termos “mentalidade pernicioso” e “aldeia”, referindo-se à Cidade de Goiás, em seu relatório. Seu discurso, portanto, investe na noção de ruptura, entendida por Spurk¹⁹ pela consciência ou pela sensação de que algo foi deixado para trás, extinguiu-se, foi abandonado, irremediavelmente perdido e em seu lugar foi instalado algo novo, ainda não compreendido em toda a sua extensão, mas considerado como um “sinal dos tempos”. Neste caso, ela caracteriza-se como uma experiência social positiva que impossibilita os homens reatarem os antigos vínculos perdidos. Ao mesmo tempo, recorre à noção de emergência para indicar a ocorrência de uma nova situação social anteriormente divisada como um futuro possível e então realizada através da ação dos sujeitos.

Comparado a este diagnóstico, Atílio elenca as duas principais funções que deverão ser desempenhadas pela nova capital: “como função econômica cabe-lhe, abrigar e estimular o alto comércio, os estabelecimentos de crédito, e as indústrias”, mas principalmente sua função política: “Como centro administrativo cabe-lhe a função de cabeça e de orientador. Sua política administrativa sempre vigilante será o coordenador e o esti-

mulante para as atividades econômicas e sociais. Sua posição deverá ser sempre na vanguarda, como tipo modelar, a sua estrutura urbana deve ser ampla, refletindo uma certa nobreza de linhas, quer no seu traçado, quer na sua edificação”²⁰

Essa função política indica o segundo e mais importante elemento da interpretação de mundo contida no projeto para a nova capital: a desproporcional ênfase na vitalidade do poder executivo em relação aos outros poderes republicanos. Este fenômeno é visível na adoção de um traçado urbano que valorizasse o aspecto “monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado”, na forma de *patê d’oie*, que privilegiava a visualização do centro de poder: “Quem atravessar a cidade ao longo da sua principal via comercial (avenida Anhanguera), verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para o centro”²¹. Essa supervalorização, já estava ocorrendo no interior do processo político regional, que colocou a figura do interventor federal na direção do Estado e transformou, ao mesmo tempo, a transferência da capital num pilar para a consolidação de seu poder.

Outra expressão deste processo de monumentalização está na ênfase dada à avenida central, superdimensionada, tanto em relação à perspectiva de ocupação da cidade (50.000 habitantes) quanto às suas dimensões espaciais (50 metros) e ao tipo de nomenclatura. Apenas as cinco principais vias do plano original da nova capital receberam nomes específicos, relacionados a elementos geográficos e históricos do estado (os rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba, além da figura mítica do bandeirante Bartolomeu Bueno e da avenida central, originalmente intitulada Pedro Ludovico, mas modificada, a pedido do interventor, para Goiás, em homenagem à antiga capital). Todas as outras vias tiveram uma nomenclatura exclusivamente numérica e, seguindo o mesmo padrão, os primeiros bairros receberam nomes relativos ao sistema de coordenada geográfica: Norte, Sul, Oeste, Central, Leste. Fenômeno este que, além de reforçar o caráter excêntrico e monumental da nova capital, explicitava seus vínculos com um dos primados do racionalismo moderno, ou seja, o sistema de referência, que teria seu resultado pleno no projeto de Brasília. Abolindo qualquer simbolismo sócio-cultural (nome de pessoas, eventos, locais etc.) em função de uma estrutura planejada e abstrata, mas apenas formalmente neutra, decorrente de sua expectativa de hierarquização e ordenação social²².

Essa relativa excentricidade do plano urbano da nova capital goiana, contudo, tinha uma justificativa clara, expressa, principalmente, em sua avenida central. Tal como no traçado barroco, ela funcionaria como um cenário para a visualização do poder executivo. Além disso, “Pela sua largura excepcional e pelo seu aspecto luxuoso, prestar-se-á para as demonstrações e festas cívicas”²³. A perspectiva monumental reforça outra característica do projeto de Atilio Correa Lima para a nova capital goiana e, portanto, de seu próprio ideário político: o profundo civismo que a alimenta. Característica essa que é reforçada na distribuição espacial dos edifícios da praça central que tem em seu eixo de simetria o Palácio do Governo:

A mais importante [praça] é a do centro administrativo, a que denominamos praça Couto de Magalhães não tem finalidade para satisfazer exclusivamente ao tráfego, mas principalmente para demonstrações cívicas. Pela sua amplitude, deverá atrair, nos dias festivos da nação, o povo, despertando as virtudes cívicas. Toda ela tratada

²⁰ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942, p. 96.

²¹ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit., p. 100.

²² RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasileira, 1985.

²³ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit., p.101.

²⁴ INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit., p. 104.

²⁵ CORREIO Oficial. 1936.

²⁶ A denominação foi dada pelo Decreto-lei de 30.07.1938 à cidade de Campinas que foi incorporada ao município de Goiânia.

²⁷ Em entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, Armando Godoy já indicava essa aproximação ao dizer que “A vila, tal como é projetada e realizada hoje, desempenha uma função altamente social e coordenadora. Ela é ao mesmo tempo: residência, escola, usina, jardim, mercado, campo esportivo, centro de diversões, etc. A sua ação civilizadora, espiritual e estimuladora sobre as populações das regiões em que surgem, é tanto maior quanto mais perfeitas elas forem na sua constituição. (...) A cidade tal como a idealizou HOWARD, cujas idéias foram compreendidas e realizadas por UNWIN, PARKER e outros profissionais na Inglaterra bem como na França, Estados Unidos etc., é uma admirável escola para as massas populares, trazendo-as ao nível da civilização moderna, educando-as, instruindo-as e dirigindo-lhes a atividade no bom sentido”. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit. p. 35 e 36.

²⁸ BERNARDES, Genilda. Considerações sobre o plano de Goiânia. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte (org.). *Relações cidade – campo: fronteiras*. Goiânia: Editora da UFG, 2000, p. 164.

²⁹ O fundamento do projeto era que “la comutà disponesse delle arree fabbricabili (cioè fosse il proprio padrone di casa); e che tutti gli utili prodotti dall’aumento dei valori fondiari dovessero andare allá comunità per sventare speculazioni d’ogni specie”. GIEDION, Sigfried. *Spazio, tempo ed architettura: lo sviluppo di una nuova tradizione*. Milano, Itália: Ulrico Hoepli Editore, 1954, p. 658.

³⁰ LEGATES, Richard & STOUT, Frederic. (ed.). *The city reader*. New York: Routledge, 2003, p. 314.

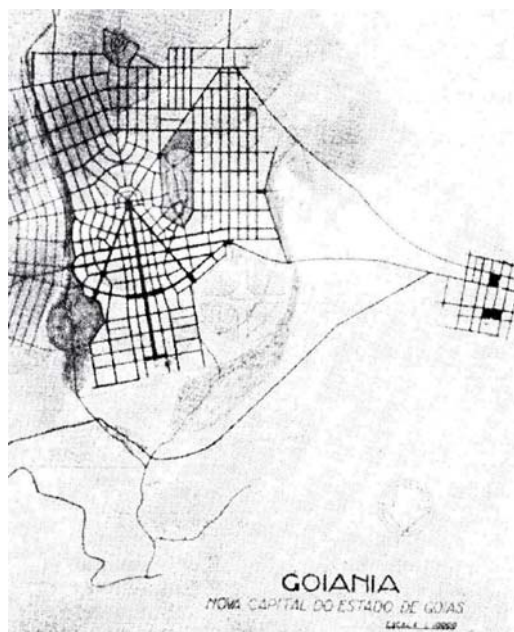
*com jardins baixos, conterà no seu centro de simetria, um grande monumento, comemorativo da fundação do Estado, e das grandes bandeiras.*²⁴

A ruptura do contrato com a firma P. Antunes & Cia. Ltda. fez com que Atilio Correa Lima se afastasse do processo de planejamento e construção da nova capital goiana. Em seu lugar entrou Armando Godoy, urbanista que já conhecia o sítio da nova capital, que foi contratado como consultor pela firma Coimbra Bueno & Pena Chaves, além de uma grande quantidade de profissionais ligados às áreas de construção, arquitetura, urbanismo, topografia e saneamento²⁵.

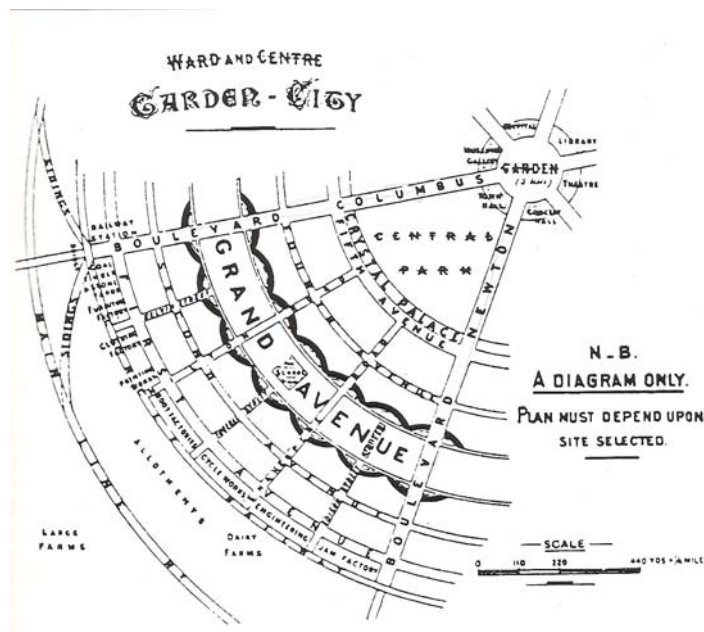
Tomando o plano urbano radial-concêntrico desenvolvido por Atilio como referência, Armando de Godoy e W. Sonnemberg realizaram algumas importantes modificações e ampliações, principalmente no que se refere ao projeto do setor Sul da nova capital goiana. Essas alterações, em sua maioria, procuravam adaptar a concepção barroca de cidade para uma proposta de cidade-jardim, através da composição de um cinturão verde ao redor da nova capital e da construção de cidades-satélites que limitariam um possível crescimento desordenado da cidade²⁶.

A proposta desenvolvida por Godoy-Sonnemberg possuía importantes semelhanças em relação aos escritos e às formas urbanas das primeiras cidades-jardim²⁷. É na própria planta desenvolvida por Godoy e Sonnemberg que essas influências se expressam de maneira mais clara, principalmente em relação ao projeto para o setor Sul. Nele, a idéia-força da cidade-jardim está preservada ao construir um traçado urbano que enfatizava a sinuosidade e o contato com a natureza através da proposição de grandes áreas ajardinadas. Segundo essa proposta, “os fundos das residências teriam saídas para ‘vuelas’ onde se executariam serviços, como o de coleta de lixo, enquanto as fachadas das residências se voltariam para os parques internos”²⁸. Este duplo acesso com a frente voltada para o parque interno resguardaria o acesso às residências do barulho e do trânsito intenso. Concretiza-se, neste caso as intenções de Howard de constituir certas regiões de lazer e convivência coletiva, incentivando o espírito de comunidade. Outra aproximação está na configuração da região central que já havia recebido sua configuração inicial no projeto de Atilio, agora modificada segundo a proposta original de Howard, que invocava o pressuposto romântico de vida no campo como um ideal desejável para os núcleos urbanos, através de uma estrutura urbana polinucleada, demograficamente limitada, com amplos espaços destinados ao campo e ao contato do homem com o meio ambiente.²⁹ A atenção aqui volta-se para a caracterização da avenida Paranaíba como uma avenida-parque, com arborização e projeto paisagístico específico, muito próximo ao esquema de Howard³⁰.

As referências às condições modernas da nova capital e ao estilo de vida que lhes eram inerentes constituem o horizonte de expectativas dos projetistas. A constante lembrança de experiências urbanas internacionais é indício suficientes para essa constatação. Belo Horizonte, Letchworth, Radburn e as cidades-jardim da Inglaterra, Gary e Chicago, nos Estados Unidos, Paris, Magnitogorsk, na Rússia, e Camberra na Austrália são tomados como exemplos ao longo de sua exposição. Assim como nos escritos de Atilio Correa Lima, a referência a essas novas capitais é também uma forma de estabelecer uma espécie de linhagem que garante a autoridade ao ideário da nova capital goiana, inserindo-a no interior de uma antiga e



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 1: a) Plano urbano de Goiânia, desenvolvido por Atilio Correa Lima, em 1934. b) Diagrama da cidade-jardim desenvolvida por Howard. c) Projeto urbano da cidade de Welwyn, na Inglaterra, de 1909. d) Planta do setor Sul da cidade de Goiânia, sendo notado na parte inferior, parte do círculo central da praça cívica. Fonte: LEGATES, R. T. & STOUT, F. (ed.), op. cit., e GONÇALVES, Alexandre. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Universidade Federal de Goiás, 2002.

vitoriosa tradição de criação de cidades que garantiria, *a priori*, seu sucesso. Nos termos de Nora, um lugar arquitetural que possui uma significação e uma existência intrínseca, como se fossem espelhos de um mundo e de uma época³¹. Ao mesmo tempo, o padrão estético da composição arquitetônica implantada para as edificações públicas e privadas coroam a concepção de

³¹ NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: *Lieux de mémoire*. Paris, France: Gallimard, 1984, p. 40.

³² MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento, op. cit., p. 52.

³³ CHOAY, François. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001, p. 18

modernidade dos projetistas. Em seu relatório de 1933 Godoy já alertava para os possíveis questionamentos acerca dos gastos exorbitantes que poderiam ser realizados para a construção dos prédios públicos. Antecipando-se a essas críticas, o urbanista indicava uma outra perspectiva para a idéia de monumentalidade dos edifícios de uma nova capital: “Um edifício não precisa ser construído com materiais caros para se impor à administração geral, sob o ponto de vista estético. A beleza de uma construção está na relação das suas diferentes partes e na distribuição de seus volumes”³².

Essa era uma questão decisiva para a administração pública estadual: construir uma nova e moderna capital sem onerar os cofres públicos de maneira fatal. O plano desenvolvido por Atilio e Godoy cumpria essa missão, ao supersaturar de referências internacionais as propostas urbanísticas adotadas, seja para partes específicas do traçado, seja para o tratamento técnico das características naturais da região (topografia, vegetação, clima etc.). No caso do estilo arquitetônico, não seria possível nem aconselhável adotar uma tendência que exigisse certa dispendiosidade e monumentalidade individual nas construções. A solução encontrada foi, como veremos adiante, adequada às expectativas políticas ali envolvidas.

Monumentalidade como uma estrutura narrativa

A concepção de monumentalidade aqui explorada não se limita apenas à opção do traçado urbano adotado pelos projetistas e sua função especificamente funcional e estética. Além desse elemento, procura relacionar também um outro aspecto fundamental em sua definição: é a disposição simbólica das construções planejadas, a expectativa que se deseja transmitir no interior do plano urbano e o sentido proposto para a obra realizada. Expressa, neste caso, uma articulação entre a função espiritual e a mnemônica da estrutura narrativa do plano urbano de Goiânia. Essa articulação encontra um lugar de concretização em determinados objetos, lugares ou símbolos que remetem ao passado. É através deste lugar que são sintetizados e perpetuados determinados sentidos para o presente e para o futuro. Choay³³ observa que os monumentos possuem um caráter propedêutico em relação à sociedade porque, através da observação dos princípios que moveram os homens do passado os homens do presente são emocionalmente tocados e mobilizados:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. (...) O monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.

A partir dessas considerações é possível indicar a concepção de monumentalidade de Atilio Correa Lima e Armando Godoy. Uma concepção que não está expressa num edifício ou marco simbólico, mas na distribuição dos edifícios ao longo do eixo cívico-monumental que liga a Estação Ferroviária ao Palácio de Governo. Como se pode notar no projeto urbano de Goiânia, além de dois modestos marcos inseridos nos cruzamentos das

avenidas Araguaia e Tocantins com a avenida Anhanguera, não há em lugar algum, marcos comemorativos ou monumentos, exceto aqueles dispostos na avenida Goiás. Conscientemente ou não, esse fenômeno proporcionou certo destaque àquele eixo que privilegiava os principais conceitos que sustentavam a concepção urbana da nova capital.

Iniciando-se pelo próprio edifício da Estação Ferroviária, ponto de parada do moderno meio de transporte que reforçou a escolha daquele sítio urbano como a primeira opção para a construção da nova capital³⁴. O relógio, disposto no alto da sua torre confirma essa disposição para o trabalho racionalizado e produtivo, encontrado também nos relatórios. O segundo elemento desta estrutura narrativa é o monumento em memória dos bandeirantes, doado pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1942 em homenagem, segundo a gravação aos pés da estátua, “Aos GOYANOS, nobre estirpe dos BANDEIRANTES”. Muito embora já existisse nos planos de Atílio Correa Lima a proposta de construção de uma pequena praça na forma de rotatória no cruzamento da avenida Goiás com a avenida Anhanguera, o referido monumento é posterior à sua saída do planejamento das obras. À época de sua doação, sua instalação estava prevista no prolongamento da avenida Anhanguera, em direção à cidade de Campinas, próximo ao Lago das Rosas. Entretanto, com as modificações executadas pela firma Coimbra Bueno nos projetos de Atílio e Godoy-Sonnemberg, sua localização foi transferida para o centro da nova capital.

A continuação desta narrativa cívico-monumental tem ainda outras três pequenas paradas antes de seu encerramento. O primeiro deles, a torre do relógio, construída próximo à praça Couto Magalhães, constitui uma espécie de prolongamento da Estação Ferroviária. Assim como esta última construção, ela foi também produzida em *art déco*. Esse estilo tem suas origens nas artes decorativas do início do século XX e orientava-se inicialmente para os objetos de uso cotidiano e *design* industrial, como carros, rádios, utensílios domésticos etc. Ele não se constituiu desde sua origem num estilo único, mas da união de diversos estilos nascidos no pós-guerra. Seu marco de origem é a *Exposition Intenationale des Arts Décoratifs e Industriels Modernes*, realizada em Paris, em 1925. Apesar de existirem outras duas orientações estéticas nas construções residenciais de Goiânia (neocolonial e casas-tipo) a mais divulgada, utilizada pelo poder público e apropriada pela população em geral foi o estilo *déco*³⁵. Logo em seguida, caminhando em direção ao Palácio de Governo, foi construído um pequeno coreto, no mesmo estilo, dividindo os dois anéis viários da praça central e na mesma direção, o Monumento às Três Raças, comemorativo do batismo cultural de Goiânia e já previsto no projeto de Atílio Correa Lima³⁶. Esses pontos fixos espalhados pela avenida central constituem um grande palco por onde a função pública e administrativa da cidade poderia ser visualizada.

Por último, dando origem aos três grandes eixos viários da nova capital, encontra-se o Palácio de Governo. Ele sintetiza todo o eixo monumental criado desde a Estação Ferroviária, por meio de uma reconstituição narrativa de todos os elementos histórico-sociais que estão presentes na versão oficial da história de Goiás. É a partir destes elementos, por exemplo, que são elaborados os desenhos que compõem os vitrais do Palácio de Governo. Nesse sentido, o *art déco*, entendido como ponto de intersecção entre o Ecletismo (em função de seu entendimento da história como inspiração

³⁴ ATA da reunião final da comissão incumbida da escolha do local da nova capital do estado, 04.03.1933.

³⁵ Ver MELLO, Márcia Mertran. *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU-USP, São Paulo, 1996 e UNES, Wolney. *Identidade art déco de Goiânia*. Goiânia: Editora UFG, 2001.

³⁶ Na verdade, a indicação de Atílio é que, naquele local fosse instalado um “monumento comemorativo das bandeiras, descobertas e riquezas do Estado, figurando uma homenagem principal a figura de ANHANGUERA”. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística, op. cit. p. 51.

³⁷ MANSO, Celina (org.). *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico: dossiê de tombamento*. Goiânia: Seplan, 2004. p. 53.

³⁸ DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade 980 – 1420*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 85.

para a concepção arquitetônica, fosse a Antiguidade Clássica, Oriental ou a arquitetura Maia) e o Modernismo (valorização dos vazios, aplicação de novos materiais, pureza das linhas geometrizes e aerodinâmicas etc.) sustentou firmemente aquela proposta de síntese. Isso porque, duas das principais características daquele novo estilo (a apologia ao mundo moderno e às suas principais realizações como a velocidade, a comunicação, a industrialização e o cosmopolitismo e a recorrência aos elementos da cultura local como mecanismo individualizador da composição artístico-arquitetônica regional) estão impregnadas naquela construção. Em seus vitrais e nos dos edifícios que o ladeiam foram cuidadosamente desenhadas figuras representativas do contexto sócio-histórico regional, tais como índios, colonizadores portugueses, a economia do ouro e agropastoril etc. Segundo Manso

Ao propor que cada região se apresente ao mundo — com suas coisas, sua gente, seus bichos e plantas, o art déco busca o melhor de cada um. Ao propor uma moldura única e uniforme para essa apresentação, o art déco promete a cada região o cosmopolitismo, não importa quão distante ela seja dos grandes centros, não importa o qual desconhecida ela tenha sido até então. Pois cada região, por minúscula e desconhecida, torna-se centro do globo, torna-se o exemplo que todas as outras querem seguir³⁷.

Guardadas as devidas proporções, os vitrais da praça central de Goiânia desempenharam funções semelhantes às obras de arte realizadas no interior das catedrais, na Idade Média européia, qual seja, um papel pedagógico para os fiéis, tornando uma das fontes de compreensão dos ensinamentos cristãos. Segundo Duby³⁸ “muitos dos grandes conjuntos dispostos nos cruzamentos dos grandes itinerários de peregrinação foram concebidos para edificação das massas e exprimiram-se, por consequência, numa linguagem acessível a todos”. No caso goiano, o papel pedagógico relaciona-se ao interesse em representar a trajetória sócio-econômica do estado de Goiás e fornecer os elementos fundadores da identidade regional, reforçando assim o caráter cívico-monumental do centro da cidade.

Outro exemplo da proeminência do Palácio de Governo dentro dessa narrativa monumentalizante que percorre toda a avenida central está na disposição em seus jardins externos: um busto feito em bronze, do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, produzido em 1937 com os dizeres: “Dr. Pedro Ludovico Teixeira, o arquiteto de Goiás, nobreza, moral: administração para a imortalidade”.

Tais referências, reforçadas pelo alinhamento das elites culturais goianas e ao contínuo fechamento dos canais de participação política ao longo da década de 1930, reforçam uma espécie de imagem em espelho que vincula a construção de Goiânia à ascensão de Pedro Ludovico Teixeira à chefia do estado de Goiás. E impõe ainda um sentido para a interpretação daquele tempo: a idéia de imortalidade para a passagem daquele indivíduo pelo poder, uma condição reafirmada ao longo de toda a elaboração do projeto de Goiânia, conforme demonstra o interesse de Atílio Correa Lima de denominar a avenida central, de “Pedro Ludovico Teixeira”.

O Plano de Goiânia e seu uso político

Por manifestarem um vínculo físico entre o hoje e o ontem, os monumentos, edifícios e formas urbanas em geral — testemunhos do passado e das mudanças pelas quais as sociedades passaram — possuem um grande potencial evocativo. Mas esse potencial só é transformado em força dinâmica quando ocorre uma reclassificação de seu lugar, quando ocorreu, segundo Choay³⁹ um deslocamento de sentido, que o faz, ao mesmo tempo, participar do presente e do passado através de sua passagem para o nível de um lugar de memória, conforme os termos de Nora⁴⁰. Esse ato de deslocamento não ocorre por acaso: possui certa especificidade visto que sua própria edificação procura cristalizar um sentido através da evocação de um fato-síntese (de atualização do passado ou de projeção do futuro), via reelaboração de sua pertinência no contexto presente⁴¹.

Essa reelaboração de sua pertinência tendo em vista o contexto político do presente forma aquilo que Hartog & Revel⁴² chamam de narrativa de fundação, ou seja, uma espécie de convite que no caso, os habitantes da nova capital goiana, recebiam para construir no presente e num novo espaço, o futuro da nova capital através de um movimento capaz de relacionar o passado longínquo dos primeiros exploradores paulistas que a adentraram no sertão dos índios Goyases — o mito do Anhanguera, da riqueza da terra, seja através da exploração aurífera ou do gado, conforme demonstram as imagens dos vitrais — e o presente da fundação da nova capital do estado de Goiás, na década de 1930. Essa supersaturação de referências acabou por veicular certas representações de poder que construíram um mito de origem para a nova capital do estado de Goiás, amplificando e radicalizando a proposta monumental de Atilio Correa Lima e Armando Godoy e ao mesmo tempo, produzindo uma profunda identificação entre Pedro Ludovico e a construção de Goiânia.

Ora, mesmo que a disposição cenográfica das edificações, do plano urbano e dos monumentos tenha ocorrido de maneira não intencional, ela acabou por reforçar a intenção barroca original, per-locucionária. Tornou-se um espaço de visualização do poder executivo e das forças sócio-econômicas que lhe deram origem, relacionadas ao ideário da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, ao ciclo de desenvolvimento econômico pelo qual passava o estado, e em especial o sul goiano, com a introdução da linha férrea e por último, aos interesses pessoais de mando político e à conseqüente mitificação da figura do interventor por parte dos grupos que orbitavam ao seu redor. Em razão disso, a concepção monumental aplicada em Goiânia manteve ou aprofundou as contradições ideológicas de sua linhagem estética (Washington e Garden-cities) e do imaginário político que dominou o processo de elaboração e execução do projeto da nova capital goiana. Essas contradições, expressas na estrutura narrativa do seu plano indicam uma espécie de reelaboração da pertinência de sentido daquelas referências em função do presente. Procedimento esse que utilizou-se politicamente de todas experiências estéticas, sociais e históricas possíveis e acabou por privilegiar uma cultura política personalista, autoritária e ao mesmo tempo, revestida de símbolos modernizantes.



Artigo recebido em fevereiro de 2010. Aprovado em junho de 2010.

³⁹ CHOAY, François, op. cit.

⁴⁰ NORA, Pierre, op. cit.

⁴¹ DAVIS, Belinda. Monuments, memory and the future of the past in modern urban Germany. *Journal of urban history*, v. 30, n. 4, USA: Sarge Publications, 2004.

⁴² HARTOG, François e REVEL, Jacques (org.) *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions EHESS, 2001.